

07/08/2024

PRIMEIRA TURMA

**RECEBIMENTO DE DENÚNCIA NA PETIÇÃO 11.352 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>REQDO.(A/S)</b>	<b>: SHIRLEY FAETTHER DE ANDRADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BRIAN MASAHARU ANDRADE KARIGYO</b>
<b>AUT. POL.</b>	<b>: POLÍCIA FEDERAL</b>

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a consequente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com

**PET 11352 RD / DF**

exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas, permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, pela prática das condutas descritas no art. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), no art. 359-L (tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no art. 359-M (golpe de Estado), no art. 163, parágrafo único, I, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, *caput* (concurso de pessoas) e do art. 69, *caput* (concurso material), ambos do Código Penal.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em Sessão Virtual da Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro ALEXANDRE DE MORAES, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, acordam em receber a denúncia oferecida contra SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE em relação aos crimes previstos no art. 288, parágrafo único, no art. 359-L, no art. 359-M, no art. 163, parágrafo único, I, III e IV, todos do Código

**PET 11352 RD / DF**

Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998, c/c art. 29, *caput* e art. 69, *caput*, todos do Código Penal, pois presentes os requisitos exigidos pelos artigos 41 e 395, ambos do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 7 de agosto de 2024.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

07/08/2024

PRIMEIRA TURMA

**RECEBIMENTO DE DENÚNCIA NA PETIÇÃO 11.352 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>REQDO.(A/S)</b>	<b>: SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BRIAN MASAHARU ANDRADE KARIGYO</b>
<b>AUT. POL.</b>	<b>: POLÍCIA FEDERAL</b>

**RELATÓRIO**

**O Senhor Ministro Alexandre de Moraes (Relator):** Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República imputando à investigada **SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE**, brasileira, nascida em 16.11.1961, filha de Darcy Berbet de Andrade e Antônio Henrique de Andrade, inscrita no CPF n. 119.859.092-00, residente em Rua Itamarati, 49, Jardim Itamarati, Marialva/PR, a prática das condutas descritas no art. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), no art. 359-L (tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no art. 359-M (golpe de Estado), no art. 163, parágrafo único, I, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, *caput* (concurso de pessoas) e do art. 69, *caput* (concurso material), ambos do Código Penal.

De acordo com a peça acusatória, os fatos criminosos imputados foram os seguintes (eDoc. 26):

**"Imputação.**

A Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, pelo menos a partir do início do processo eleitoral de 2022 e até o dia 8.1.2023, por meio de mensagens eletrônicas e encontros em acampamentos em frente a unidades militares, associou-se a centenas de outras pessoas,

**PET 11352 RD / DF**

algumas armadas, praticando atos que se voltavam contra a higidez do sistema eleitoral. Especialmente a partir das eleições presidenciais, o grupo se voltou ao cometimento de crimes de dano qualificado e de deterioração de patrimônio público e tombado, por não se conformar com o resultado do pleito, praticando o crime de associação criminosa armada (art. 288, parágrafo único, do Código Penal).

No mesmo contexto, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, no dia 8.1.2023, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, em unidade de desígnios com outras milhares de pessoas, tentaram, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo e restringindo o exercício dos Poderes Constitucionais. O caso se subsume ao tipo do crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal).

No mesmo dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, de maneira livre, consciente e voluntária, em unidade de desígnios com outras centenas de pessoas, tentaram depor, por meio de violência e grave ameaça, o governo legitimamente constituído. O caso se subsume ao tipo do crime de golpe de Estado (art. 359-M do Código Penal).

Por fim, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no mesmo dia 8, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, destruíram e concorreram para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, ao avançar contra as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União. O caso se subsume aos tipos dos crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima (art. 163, parágrafo único, I, m e IV, do Código Penal), e de deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998).

[...]"

**PET 11352 RD / DF**

Ao fim da peça acusatória, a Procuradoria-Geral da República formulou o seguinte requerimento:

“O Ministério Público Federal denuncia a Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE pela prática dos crimes de associação criminosa armada (art. 288, parágrafo único, do CP), tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L c/c art. 14, II, do CP), golpe de Estado (art. 359-M do CP), dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima (art. 163, parágrafo único, I, III e IV, do CP), e deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998), observadas as regras de concurso de pessoas (art. 29, caput, do CP) e concurso material (art. 69, caput, do CP).

Requer a fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pelos crimes acima denunciados, nos termos do art. 387, IV, do CPP.

Aguarda que, ao final, cumpridos os procedimentos da lei, sejam condenados em todas as sanções previstas para esses delitos.”

A denunciada **SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE** foi notificada no dia 27/5/2024 para apresentar resposta à denúncia no prazo legal (eDoc. 39), oportunidade, na qual, por meio de sua Defesa constituída, requereu, em síntese (eDoc. 40): a) *a absolvição da denunciada nas penas dos artigos a que foi imputada pelo MPF*; b) *a intimação do MPF para analisar e propor a denunciada uma acordo de persecução penal*; c) *o benefício da aplicabilidade dos institutos que prevê atenuantes no Código Penal*; d) *a aplicabilidade dos benefícios do crime de multidão em termos do ânimo de adentrar na Praça Três Poderes, como benefício de diminuição de pena*; e) *a individualização das penas, nos termos da conduta praticada pela denunciada*; e f) *o direito de comprovar os alegados por todos os meios de provas e seja absolvida das acusações dos crimes apostos na denúncia*.

É o relatório.

**PET 11352 RD / DF**

07/08/2024

PRIMEIRA TURMA

**RECEBIMENTO DE DENÚNCIA NA PETIÇÃO 11.352 DISTRITO FEDERAL**

**O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):** Trata-se de denúncia oferecida em face de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, pela prática das condutas descritas no art. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), no art. 359-L (tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no art. 359-M (golpe de Estado), no art. 163, parágrafo único, I, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, *caput* (concurso de pessoas) e do art. 69, *caput* (concurso material), ambos do Código Penal.

Narra a denúncia o contexto no qual inseridos os eventos criminosos, por meio da seguinte síntese:

**"Contexto.**

Grupo expressivo de pessoas iniciou, pelo menos desde o começo do processo eleitoral em 2022, movimento articulado majoritariamente em redes sociais, de insurgência contra o sistema eleitoral, contra a representatividade dos membros do Congresso Nacional e contra a autoridade do Supremo Tribunal Federal. O movimento tinha por objetivo arregimentar, organizar e insuflar a população, visando à prática de atos violentos e antidemocráticos, caso o resultado das urnas não correspondesse ao desejado pelo grupo.

A proclamação do resultado das urnas, em 30.11.2022, deu força ao movimento antidemocrático, atizando a convocação, por meio de redes sociais, de um levante contra o Estado de Direito e o governo eleito. Os grupos iniciaram ações de fechamento de rodovias por todo o país e de instalação de acampamentos às portas de unidades militares, como, por exemplo, em Brasília. Os procedimentos se mostravam coordenados e articulados contra a democracia.

Atos violentos ocorreram no dia 12.12.2022, quando da



**PET 11352 RD / DF**

diplomação do candidato eleito à Presidência da República. Na ocasião, registraram-se queima de veículos, incêndios e tentativa de invasão e destruição da sede da Polícia Federal em Brasília.

A escalada da violência atingiu o auge em 8.1.2023, quando o grupo criminoso, ao qual o denunciado aderiu, munido de artefatos de destruição, avançou sobre a Praça dos Três Poderes em marcha organizada. Ao incentivo de palavras de ordem, o grupo invadiu o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, depredando o patrimônio público com o objetivo final de impor a instalação de um regime de governo alternativo, produto da deposição do governo legitimamente eleito e da abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

As ações delituosas não se esgotaram nos danos às instalações do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. A pretensão do grupo criminoso integrado pelo denunciado era a de abalar o exercício dos Poderes, mediante a prática reiterada de delitos, até que se pudesse consolidar o regime de exceção.

A estabilidade da associação criminosa é comprovada pelo surgimento e permanência de tais grupos organizados, pelo menos desde o início do processo eleitoral até o dia 8.1.2023, quando houve a tentativa de concretizar os planos antidemocráticos previamente concebidos. Além disso, o conteúdo dos materiais difundidos para arregimentar novos integrantes para tais grupos fazia referência expressa aos desígnios de "*tomada de poder*", em uma investida que "*não teria dia para acabar*".

As mensagens trocadas entre os interlocutores de grupos sociais abrangeram incitação de comportamentos violentos contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, como "*Bolsonaro deveria e [é] entra [entrar] dentro do STF com uma metralhadora e metralhar todos ministro kkk*", e anúncios de caravanas com destino a Brasília nos primeiros dias de janeiro de 2023. Além disso, mensagens compartilhadas manifestavam apoio àqueles

**PET 11352 RD / DF**

que praticavam os atos do dia 8.1.2023, retroalimentando o caráter violento e criminoso da ação.

O grupo que invadiu o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto provocou diretamente destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União, atingindo móveis e instalações funcionais dos prédios públicos em que os Poderes têm a sua sede.

A violência e a grave ameaça físicas foram praticadas contra policiais e jornalistas que lá se encontravam, logo que os integrantes do grupo criminoso chegaram na Praça dos Três Poderes e, ato contínuo, dividiram-se em grupos, que se direcionaram separadamente, porém com o mesmo objetivo, aos edifícios-sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Presidência da República.

Segundo avaliações preliminares, o prejuízo global causado pelo grupo criminoso foi de: (i) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), no Senado Federal; (ii) R\$ 2.717.868,08 (dois milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oito centavos), na Câmara dos Deputados; (iii) mais de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), apenas com obras de arte, no Palácio do Planalto; e (iv) R\$ 11.413.654,84 (onze milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), excluídos os bens de valor inestimável, no Supremo Tribunal Federal.

**A denunciada, especificamente..**

No caso específico da Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, há provas suficientes de sua participação nos atos violentos de 8.1.2023

A denunciada permaneceu unida subjetivamente aos integrantes do grupo e participou da ação criminosa que invadiu as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e quebrou vidros, cadeiras, painéis, mesas, móveis históricos e outros bens que ali estavam, causando a totalidade

**PET 11352 RD / DF**

dos danos descritos pelo relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE participou de atos de estrago e destruição de bens especialmente protegidos por ato administrativo, porque tombados como peças urbanísticas dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto, conforme Portaria n. 314/1992, do Iphan, assim como de suas respectivas estruturas arquitetônicas, conforme Processo n. 1550-T-2007 – Iphan.

A identificação da denunciada ocorreu a partir da apreensão de aparelho celular que, posteriormente, foi identificado como pertencente a SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE. Conforme indica o Auto de Apreensão n. 5/2023, uma série de itens - dentre eles o celular de marca LG, modelo LM-K510BMW, número de série 006BSFR0173603, IMEI1 353265113172060, IMEI2 3532651131722052, com capacidade nominal de 64GB, no qual encontrava-se instalado o cartão SIM da operadora Tim apresentando ICCID 89550447000007651226 - foi localizada no interior do Palácio do Planalto e/ou no ônibus no qual foram conduzidas indivíduos presos no dia 8.1.2023 pela Polícia Militar do Distrito Federal.

A análise do conteúdo do telefone celular<sup>11</sup> identificado como de titularidade de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou sua presença e engajamento nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.

Nesse sentido, identificou-se que a denunciada integrava grupo no aplicativo Whatsapp denominado “EXÉRCITO NAS RUAS AGORA!” e que, em 3.1.2023, compartilhou mensagens com o seguinte teor: “Estamos juntos Bora para?Brasília”; “Na luta”; “Agiea terá que ser resistência mesmo, Tomar a casa e não sair”; “Todo mundo no mesmo horário e local”.

Já no grupo “Pátria Amada BRBR”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminhou, em 26.12.2022, contato de pessoa indicada como responsável pela organização de caravana para Brasília. No mesmo grupo, em 4.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE convoca os participantes para comparecer à Brasília

**PET 11352 RD / DF**

no dia 8.1.2023: “Pessoal do grupo, gente forte e corajosa, entra em contato comigo, ônibus saindo de Maringá-Pr, no sábado de manhã, para chegar em Brasília na madrugada de domingo. Retorno na terça à noite”.

No grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou estar plenamente ciente do caráter violento do evento que ocorreria em Brasília ao enviar, em 3.1.2023, mensagens com o seguinte teor: “Estamos na luta por pelo menos 200 mil Patriotas em Brasília dia 8 de janeiro”; “Preparem as máscaras de gás”; “Pano úmido e água no cantil”; “Spray de pimenta, gás, colete e capacete”; e “Bala de borracha não vai faltar”. Atuando como figura na organização do movimento, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 3.1.2023, mensagem no grupo em que afirma: “Temos 4 dias”; “O ônibus tem que sair dia 7 de manhã”.

Já a conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 991344567 (“Monik”) expõe mensagens de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE que comprovam sua atuação como organizadora de caravanas direcionadas à Brasília. No caso, a denunciada afirmou, em áudio enviado em 5.1.2023, que “o ônibus nosso já encheu um e eu tenho aqui mais umas 15 pessoas precisando e tem mais um outro grupo de pessoas então na realidade tem mais ou menos umas 30 pessoas precisando de ônibus para ir. Você tem vaga ainda?”. Ao ser questionada pela interlocutora se já estaria no Quartel-general, local para reunião para discussão de alocação dos ônibus, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE responde que: “consegui vagas para o meu pessoal”.

No mesmo contexto, outra pessoa contatada via aplicativo Whatsapp por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de terminal 44 991188705 (“Rapaz Guia Viagem”), pede que a denunciada envie a relação de nomes, telefones e CPF dos passageiros, em resposta à sua informação de 5.1.2023 no sentido de que “Preciso de 12 vagas”.

Comprovando novamente sua posição de destaque na organização do grupo que saiu de Maringá com destino à

**PET 11352 RD / DF**

Brasília, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE aparece como proprietária<sup>12</sup> de grupo no aplicativo Whatsapp, denominado “Aleluia” e criado em 4.1.2023, destinado ao envio de informações aos passageiros de ônibus com destino a Brasília em 7.1.2023.

No referido grupo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma, em resposta a mensagem encaminhada pelo terminal 44 999199459, que “Eu só vou postar recomendação de uso de máscara e óculos. Com certeza poderemos sofrer ataques da polícia comunista”, reforçando, novamente, o preparo e intuito violento da empreitada. Em seguida, em mensagem enviada em 5.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia “lista” de itens a serem levados na viagem, dentre eles máscara para gás e spray preparado com água e vinagre. Em momento posterior no mesmo dia, a denunciada envia mensagem explicando como confeccionar máscara de gás lacrimogênio, indicando mais uma vez o aspecto violento dos atos premeditados.

Referida premeditação é evidente em outros aspectos indicados pela IPJ n. 72/2024. No ponto, o fato de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviar diversas mensagens no grupo “Aleluia” oferecendo instruções sobre a impressão de cartazes, compra de equipamentos de EPI e a aquisição de “kits” evidencia sua atuação como organizadora ao menos dos indivíduos integrantes do grupo. Em mensagem enviada em 6.1.2023, a denunciada pede para um participante: “Liga 44 984481843. Fala com a Marina e pega o kit que a Faetthe fez para levar para Brasília<sup>14</sup>”. Conforme mensagem e foto enviadas em 6.1.2023 no grupo “Aleluia”, referido kit continha máscara, óculos, spray e chapéu, mas “faltou luva de couro para pegar a bomba de gás e jogar no galão de água”. O efetivo uso do kit pode ser visualizado na imagem enviada em 7.1.2023 por Eliane Salem ao grupo “Aleluia”.

Ainda em 7.1.2023, no grupo “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminha imagem em que se lê: “PATRIOTAS! Juntos somos mais fortes! Façam cartazes: intervenção militar; limpeza nos 3 poderes. Essa mídia pode

**PET 11352 RD / DF**

está divulgando que queremos IMPEACHMENT do LULA para manter Alckmin NO PODER! E NÃO É ISSO! QUEREMOS FAXINA GERAL! Compartilhem!”. A mensagem demonstra, além da convocação para violência, o óbvio intento golpista do grupo, com apoio à tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito com uma intervenção militar.

O fator de premeditação para o confronto violento é novamente revelado nas conversas extraídas do grupo de Whatsapp “Shirley QG”, ativo entre 8.12.2022 e 5.1.2023. Conforme pontuado pela IPJ n. 72/2024, os diálogos indicam a organização de seus membros para os eventos de 8.1.2023, com SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE anotando a possibilidade de sua prisão (“Agora poderemos?ser preso.vou passar para vocês”).

Em outra conversa via aplicativo Whatsapp, com o terminal 44 999199459 (“Mary Patriota”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio em 4.1.2023 em que afirma: “no domingo nós já vamos para a marcha, que vai virar a grande marcha, que vai justamente lá para a Esplanada, para poder já entrar no Congresso, entrar no STF, coisa assim, tá?”<sup>15</sup>. Na referida conversa, o papel de organizadora da acusada é novamente realçado por meio de troca de informações, dados pessoais e comprovantes de pagamento de cada um dos passageiros do ônibus para o qual fora criado o grupo “Aleluia”.

Na troca de mensagens via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 99948379 (“Ariadne Meller”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE igualmente desponta como organizadora de ao menos um ônibus, ao enviar, entre 4.1.2023 e 5.1.2023, diversos dados pessoais de possíveis passageiros. Já em 4.1.2023, a denunciada envia mensagem afirmando que “Ariadne, estou divulgando a viagem, pegar gente forte, com coragem, sem mimi”, o que comprova que o grupo organizado por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE tinha intenção de agir violentamente.

No mesmo sentido, em contato com o terminal 73 999758371 (“Mateus Bonfim”) na manhã do dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio afirmando:

**PET 11352 RD / DF**

“Mateus, vamos unir vocês aí, mais os meninos aqui do ônibus que também são fortes, pra gente formar um grupo só, entende? A gente se une, é a hora que eu chegar, aí eu vou pedir pra você ir onde eu estou, pra gente se unir na hora da saída da marcha, pra gente fazer enfrentamento junto lá pela frente, entendeu?”. Do mesmo modo, em contato via Whatsapp com o terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE reforça a necessidade de “homens machos com coragem”, e pede a João Afonso que, “se souber de alguém que queira ir dos militares, que é bom, que sabe enfrentar. Nós estamos indo”.

Em conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 81 993285665 (“Lucineide Maria Lu Pernambuco”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma, em 6.1.2023, que: “O Sul está em guerra, minha filha. Estou indo para a Brasília amanhã, para a gente ver se a gente consegue, eu, e todo o mundo, uma multidão de patriotas, entrar no Planalto e no Congresso Nacional. A luta vai ser pesada”.

Em outra mensagem enviada em 7.1.2023 via aplicativo Whatsapp para o terminal 61 999870806 (“Marilene”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma: “nós estamos indo para a guerra, porque agora você viu que está tudo cercado lá. A Praça dos Três Poderes, o Planalto, está tudo cercado lá, né? Mas a gente vai entrar do mesmo jeito (...) Porque o plano é invadir e ficar, né? Então, dessa vez, é guerra”.

A invasão almejada pela denunciada se concretizou em 8.1.2023. Ainda no grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia, em 8.1.2023, áudio cuja transcrição comprova sua ativa participação na destruição do patrimônio da União. Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a denunciada afirmou: “invadimos o STF, invadimos o congresso, invadimos o planalto, levamos bala de borracha, levamos gás, tem muita gente machucada, polícia, gente, tudo mas nós, olha aqui, gente, é um amigo meu aqui agora, tá todo machucado com tudo, todo mundo machucado mas quebramos o STF inteiro, todinho, inteiro”. Referido áudio é acompanhado por

**PET 11352 RD / DF**

foto dos locais invadidos.

No mesmo dia, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também compartilhou vídeo cuja transcrição igualmente comprova sua presença nos atos de vandalismo presenciados na Praça dos Três Poderes em 8.1.2023, ao afirmar que: “Nesse momento nós invadimos o Palácio do Planalto e lá dentro estão quebrando tudo, quebramos por fora, quebramos por dentro, nós invadimos. Agora esse Planalto também é nosso. Quero ver aquele Lula ladrão entrar quem não vai entrar. Tá acabado aqui, enfrentamos as bombas e é muita bomba ainda que tá jogando aqui. Não filme o rosto de quem tá gravando”. Já em contato com o terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 8.1.2023, áudio em que afirma: “João, conseguimos invadir o Congresso Nacional”. Em seguida, outros dois áudios encaminhados pela acusada narram a invasão do Congresso Nacional:

Não foi fácil chegar aqui em cima, muita bala, recebemos muita bala da polícia, mas hoje, nesse momento nós estamos aqui, conseguimos realmente (inaudível) entrar no Congresso Nacional. Não foi fácil enfrentar a polícia com bala, com bala de borracha, com muito gás, mas a fé foi maior e que Deus nos deu força para estar aqui. Eu falei que eu vinha que ia enfrentar, que eu ia para a frente e fui e consegui tô aqui viva. Muito feliz. Vou continuar lutando pelo meu País, pela minha família e por toda a minha geração;

Invadimos também, invadimos o Planalto, a polícia recuou, veio para cima depois, veio de novo para cima com tudo, um efetivo enorme, nós não recuamos, tomamos gás, tomamos gás de pimenta, tomamos gás de tudo quanto foi jeito aqui, viu? eu estou melhorzinha agora, mas dei uma desmaiada, mas já estou bem, tem gente, teve policial que está machucado, tem gente machucada, tem de tudo, tem de tudo, o negócio está bem, mas conseguimos, conseguimos o STF, está todo destruído, totalmente destruído.



**PET 11352 RD / DF**

Na hipótese, deve ser pontuado também que a denunciada também esteve em Brasília com intuítos antidemocráticos em momento anterior, como pode ser extraído de conversa tida via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 997342880 ("Sandra Derin") em 9.12.2022. No diálogo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia vídeo já deletado em que alega estar em frente ao Superior Tribunal Militar, junto ao "Cacique Sererê", e envia texto em que afirma ser parte de movimento de resistência que almeja "derrubar o bandido, ele pode ser diplomado, mas não vai subir a rampa".

Os áudios e mensagens enviados por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE estão documentados na IPJ n. 72/2024, que analisou o conteúdo extraído do celular apreendido.

Além das mensagens já referidas, a análise do aparelho também constatou que a denunciada fotografou o desembarque do ônibus contratado em Brasília (Figura 35) e registrou, em fotografias e em vídeo, cenas de destruição do patrimônio público (Figuras 36 e 37). Além disso, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE registrou a marcha até a Praça dos Três Poderes, afirmando no vídeo que: "Nós vamos para realmente tomar conta do planalto para conseguir entrar na Câmara dos Deputados, mas principalmente o planalto, que é o ponto crucial onde está aquele bandido<sup>17</sup>"; "hoje nós vamos resolver o nosso problema do Brasil. Ou morrer pelo Brasil<sup>18</sup>".

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE ainda fez registros em vídeo no interior do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, na tarde das invasões de 8.1.2023.

Nas gravações registradas no interior do Congresso Nacional, a denunciada afirma que "Daqui não sairemos, até que seja decretado a GLO<sup>19</sup>" e proclama que "Vou continuar lutando pelo meu país, pela minha família com todo o meu coração<sup>20</sup>". Já no Supremo Tribunal Federal, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE mostra "a casa do 'Xandão' acabada<sup>21</sup>" e debocha da situação ao declarar que "O grito qual que é? Perdeu, Mané!" e "Só sai se o exército vir. Senão nós vai preso.

Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a geolocalização da

**PET 11352 RD / DF**

denunciada comprova sua presença em Brasília não apenas em 8.1.2023, mas também em novembro e dezembro de 2022.

Por fim, a análise das redes sociais de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também evidenciou o compartilhamento de conteúdo antidemocrático.

Na rede social Instagram, a IPJ n. 72/2024 localizou o perfil @faettheshirley23, criado em janeiro de 2023, em que denunciada publicou, em 13.5.2023, vídeo intitulado “Bomba: o vídeo que a esquerda não quer divulgar”, retratando a invasão ocorrida em 8.1.2023, e, em 15.5.2023, outro vídeo de título “Um recado do General Girão para você ministro!”, referindo-se ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Na mesma data, há vídeo convocando a mobilização de cidadãos para a soltura de “Cacique Tsereré”<sup>24</sup>.

Na rede social Tiktok, a IPJ n. 72/2024 identificou a postagem de vídeo gravado pela denunciada, registrando sua presença em frente ao Quartel-general do Exército em Brasília, em data indicada como 7.12.2022. Já na rede social Kwai, a denunciada possui dois perfis, shirleyfaethe e htsoe694. No primeiro, a IPJ n. 72/2024 identificou publicação incitando a população à “ir às ruas” em 15.11.2023, com os dizeres “Compartilham, vamos ser trilhões de patriotas nas ruas!! Agora é tudo ou nada!”.

Demonstrada, assim, a ativa participação de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.

**1. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

A responsabilização legal de todos os autores e partícipes dos inúmeros crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito, que culminaram com as condutas golpistas do dia 08/01/2023, deve ser realizada com absoluto respeito aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, sem qualquer distinção entre servidores públicos civis ou militares.

As garantias fundamentais aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, diferentemente do que ocorria nos textos

**PET 11352 RD / DF**

constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

A garantia do Devido Processo Legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa, visando salvaguardar a liberdade individual e impedir o arbítrio do Estado.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no Devido Processo Legal e no princípio do Juiz Natural, proclamadas nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, suas garantias indispensáveis.

Como consagrado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

“O princípio da naturalidade do Juízo – que traduz significativa conquista do processo penal liberal, essencialmente fundado em bases democráticas – atua como fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado e representa importante garantia de imparcialidade dos juízes e tribunais” (STF – 1a T. – HC no 69.601/SP – Rel. Min. CELSO DE MELLO, Diário da Justiça, Seção I, 18 dez. 1992, p. 24.377).

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal, devendo a observância desse princípio ser interpretada em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Nesse mesmo sentido, decidiu o TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO:

“O mandamento ‘ninguém será privado de seu juiz natural’, bem como ocorre com a garantia da independência

**PET 11352 RD / DF**

dos órgãos judiciários, deve impedir intervenções de órgãos incompetentes na administração da Justiça e protege a confiança dos postulantes e da sociedade na imparcialidade e objetividade dos tribunais: a proibição dos tribunais de exceção, historicamente vinculada a isso, tem a função de atuar contra o desrespeito sutil a esse mandamento. Como esses dispositivos em sua essência concretizam o princípio do Estado de Direito no âmbito da constituição (organização) judiciária, elas já foram introduzidas na maioria das Constituições estaduais alemãs do século XIX, dando-lhes, assim, a dignidade de norma constitucional. O art. 105 da Constituição de Weimar deu prosseguimento a esse legado. À medida que os princípios do Estado de Direito e Separação de Poderes se foram aprimorando, também as prescrições relativas ao juiz natural foram sendo aperfeiçoadas. A lei de organização judiciária, os códigos de processo e os planos de distribuição das causas (definidos nas Geschäftsordnungen – regimentos internos) dos tribunais determinavam sua competência territorial e material, (o sistema de) a distribuição das causas, bem como a composição dos departamentos individualizados, câmaras e senados. Se originalmente a determinação ‘ninguém será privado de seu juiz natural’ era dirigida sobretudo para fora, principalmente contra qualquer tipo de ‘justiça de exceção’ (Kabinettsjustiz), hoje seu alcance de proteção estendeu-se também à garantia de que ninguém poderá ser privado do juiz legalmente previsto para sua causa por medidas tomadas dentro da organização judiciária” (Decisão – Urteil – do Primeiro Senado de 20 de março de 1956 – 1 BvR 479/55 – Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Coletânea Original: Jürgem Schawabe. Organização e introdução. Leonardo Martins. Konrad Adenauer – Stiftung – Programa Estado de Derecho para Sudamérica, p. 900/901).

Em total e absoluta observância aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, o PLENÁRIO DA CORTE confirmou a

**PET 11352 RD / DF**

competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para a presidência dos inquéritos que investigam os crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei n. 13.260/16, e nos artigos 147 (ameaça), 147-A, §1º, III, (perseguição), 163 (dano), art. 286 (incitação ao crime), art. 250, §1º, inciso I, alínea "b" (incêndio majorado), 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), todos do Código Penal (Inq. 4.879 Ref e Inq. 4.879 Ref-segundo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Pleno, DJe 10/04/2023).

Esta denúncia decorre de investigações conduzidas nesta SUPREMA CORTE, por meio dos Inqs. 4.917/DF, 4.918/DF, 4.919/DF, 4.920/DF, 4.921/DF, 4.922/DF, 4.923/DF e Pets dela derivadas, em razão dos atos que resultaram na invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, caracterizando em tese os crimes de associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima.

A extensão e consequências das condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do Código Penal) e das demais condutas imputadas ao denunciado são objetos de diversos procedimentos em trâmite neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL direcionados a descobrir a autoria dos financiadores e dos incitadores, inclusive autoridades públicas, entre eles aqueles detentores de prerrogativa de foro.

Este inquérito foi instaurado objetivando a apuração das condutas omissivas e comissivas dos denominados **EXECUTORES MATERIAIS**, inicialmente pela prática dos crimes de terrorismo (artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Lei n. 13.206/2016), associação criminosa (artigo 288), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L), golpe de Estado (artigo 359-M), ameaça (artigo 147), perseguição (artigo 147-A, §1º, III) e incitação ao crime (artigo 286), estes últimos previstos no Código Penal, no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes,

**PET 11352 RD / DF**

especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO.

Nota-se, pois, que as investigações tem por objeto, DENTRE OUTROS, apurar a prática do delito de associação criminosa, cujo objetivo principal é a prática de outros crimes, tais como abolição do Estado democrático de Direito (art. 359-L) e golpe de Estado (art. 359-M), com deposição do governo eleito de forma legítima nas Eleições Gerais de 2022.

A pedido da Procuradoria-Geral da República, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL determinou a instauração de quatro Inquéritos: Inq. 4920, relativo aos **FINANCIADORES** dos atos antidemocráticos, que prestaram contribuição material/financeira para a malfadada tentativa de golpe; Inq. 4921, relativo aos **PARTÍCIPIES POR INSTIGAÇÃO**, que de alguma forma incentivaram a prática dos lamentáveis atos; Inq. 4922, relativo aos **AUTORES INTELECTUAIS E EXECUTORES**, que ingressaram em área proibida e praticaram os atos de vandalismo e destruição do patrimônio público; e Inq. 4923, relativo às **AUTORIDADES DO ESTADO RESPONSÁVEIS POR OMISSÃO IMPRÓPRIA**.

Todas as investigações referem-se aos mesmos atos criminosos resultantes da invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, sendo EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE na presente denúncia e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nesta SUPREMA CORTE.

Ressalte-se, inclusive, que alguns DETENTORES DE PRERROGATIVAS DE FORO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já foram identificados e estão sendo investigados, notadamente os Deputados Federais CLARISSA TÉRCIO, ANDRÉ FERNANDES, SÍLVIA WAIÃPI e CORONEL FERNANDA, investigados nos mencionados Inqs. 4.917/DF, 4.918/DF e 4.919/DF, a pedido da Procuradoria-Geral da

**PET 11352 RD / DF**

República, bem como o Deputado Federal CABO GILBERTO SILVA, investigado na Pet 10.836/DF.

Há, portanto, a ocorrência dos denominados delitos multitudinários, ou seja, aqueles praticados por um grande número de pessoas, onde o vínculo intersubjetivo é amplificado significativamente, pois um agente exerce influência sobre o outro, a ponto de **motivar ações por imitação ou sugestão**, o que é suficiente para a existência do vínculo subjetivo, ainda que eles não se conheçam.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal aponta que *"Os denunciados permaneceram unidos subjetivamente aos integrantes do grupo e participaram da ação criminosa que invadiu as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e quebrou vidros, cadeiras, painéis, mesas, móveis históricos e outros bens que ali estavam, causando a totalidade dos danos descritos pelo relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)".*

Vislumbra-se, neste caso, que a prova das infrações supostamente cometidas por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE ou, ainda, suas circunstâncias elementares, podem influir diretamente nas investigações envolvendo investigados com prerrogativa de foro, a comprovar que, de fato, as infrações praticadas e investigadas nos inquéritos mencionados possuem estreita relação.

Observe-se, ainda, que foi a própria Procuradoria-Geral da República, órgão máximo do Ministério Público da União e com atribuição para atuar perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que ofereceu a denúncia ora em análise, em virtude da competência desta CORTE para processar e julgar o presente caso.

Dessa maneira, nos termos do art. 76, do Código de Processo Penal, a competência deve ser determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas

**PET 11352 RD / DF**

para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Não bastasse a existência de co-autoria em delitos multitudinários, há, ainda, conexão probatória com outros dois inquéritos que tramitam no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que investigam condutas atentatórias à própria CORTE, o Inq 4781, das “Fake News” e a prática de diversas infrações criminais por milícias digitais atentatórias ao Estado Democrático de Direito, investigada no Inq 4874, cujos diversos investigados possuem prerrogativa de foro: Senador FLÁVIO BOLSONARO e os Deputados Federais OTONI DE PAULA, CABO JÚNIO DO AMARAL, CARLA ZAMBELLI, BIA KICIS, EDUARDO BOLSONARO, FILIPE BARROS, LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA, GUIGA PEIXOTO e ELIÉSER GIRÃO.

Dessa forma, não há dúvidas sobre a competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar a presente denúncia e, eventualmente, caso seja recebida, para processar e julgar posterior ação penal, pois É EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE na presente denúncia e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE.

**2. DO NÃO OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**

A Procuradoria-Geral da República deixou de oferecer proposta de acordo de não persecução penal.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 129, I, consagrou o sistema acusatório no âmbito de nossa Justiça Criminal, concedendo ao Ministério Público a privatividade na propositura da ação penal pública.



**PET 11352 RD / DF**

Durante esses pouco mais de 34 anos de vigência de nossa Carta Magna, as legislações penais e processuais penais foram se adaptando a essa nova realidade. Em um primeiro momento, não recepcionando as normas anteriores que mantinham exceções à titularidade do *Parquet* – como nas hipóteses de ações penais por contravenções e crimes culposos – e, posteriormente, com a aprovação de inovações legislativas que ampliaram as possibilidades de atuação do Ministério Público na persecução penal em juízo.

A construção desse novo sistema penal acusatório gerou importantes alterações na atuação do Ministério Público, que antes estava fixada na obrigatoriedade da ação penal. Novos instrumentos de política criminal foram incorporados para racionalizar a atuação do titular da ação penal, transformando a antiga obrigatoriedade da ação penal em verdadeira discricionariedade mitigada. Assim ocorreu, inicialmente, com as previsões de transação penal e suspensão condicional do processo pela Lei n. 9.099/95, depois com a possibilidade de “*delação premiada*” e, mais recentemente com a Lei n. 13.964/19 (“Pacote anticrime”), que trouxe para o ordenamento jurídico nacional a possibilidade do “*acordo de não persecução penal*”.

Dessa maneira, constatada a materialidade da infração penal e indícios suficientes de autoria, o titular da ação penal deixou de estar obrigado a oferecer a denúncia e, conseqüentemente, pretender o início da ação penal. O Ministério Público poderá, dependendo da hipótese, deixar de apresentar a denúncia e optar pelo oferecimento da transação penal ou do acordo de não persecução penal, desde que, presentes os requisitos legais.

*Essa opção ministerial encaixa-se dentro desse novo sistema acusatório*, onde a obrigatoriedade da ação penal foi substituída pela discricionariedade mitigada; ou seja, respeitados os requisitos legais o Ministério Público poderá optar pelo oferecimento do acordo de não persecução penal, dentro de uma legítima opção da própria Instituição que titulariza, com exclusividade, a iniciativa de propositura da ação penal.

**PET 11352 RD / DF**

Ausentes os requisitos legais, não há opção ao Ministério Público, que deverá oferecer a denúncia em juízo.

**Entretanto, se estiverem presentes os requisitos descritos em lei, esse novo sistema acusatório de discricionariedade mitigada não obriga o Ministério Público ao oferecimento do acordo de não persecução penal, tampouco garante ao acusado o direito subjetivo em realizá-lo.** Simplesmente, permite ao *Parquet* que, de forma devidamente fundamentada, exerça a opção entre oferecer a denúncia ou o acordo de não persecução penal, a partir da estratégia de política criminal adotada pela Instituição, a qual deve levar em consideração todos os aspectos relevantes, conforme já reconhecido pelo PLENÁRIO DESSA SUPREMA CORTE (PET 9.456/DF, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, 28/04/2021).

Foi exatamente o ocorrido no presente caso.

O art. 28-A, do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n. 13.964/19, foi muito claro nesse aspecto, estabelecendo que o Ministério Público *“poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições”*.

As condições descritas em lei são requisitos necessários para o oferecimento do acordo de não persecução penal, porém não suficientes para concretizá-lo, pois mesmo que presentes, poderá o Ministério Público entender que, na hipótese específica, o acordo de não persecução penal não se mostra necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Não cabe, inclusive, ao Poder Judiciário se imiscuir na esfera de atuação do órgão acusador, seja para obrigá-lo, seja para proibi-lo de oferecer o acordo de não persecução penal, por se tratar inclusive de instrumento extraprocessual, cabendo ao julgador apenas a verificação do atendimento aos requisitos legais, da voluntariedade do agente e da adequação, suficiência e proporcionalidade dos termos do acordo.

Nesse sentido, os ensinamentos de ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO, ALBERTO ZACHARIAS TORON e GUSTAVO

**PET 11352 RD / DF**

HENRIQUE BADARÓ, ao afirmarem que:

“Segundo o previsto no *caput* do art. 28-A do CPP, o acordo de não persecução penal poderá ser proposto pelo Ministério Público, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.

Esta é uma cláusula aberta, que permite ao Ministério Público deixar de propor o acordo em casos em que, não obstante o preenchimento dos demais requisitos legais previstos no art. 28-A do CPP, o acordo não cumpriria as funções atribuídas à pena, que são a reprovação e a prevenção do crime.

Neste caso, quando as circunstâncias revelarem a impropriedade do acordo, o Ministério Público deve motivadamente justificar o não oferecimento do acordo, expondo as razões concretas para tanto” (Código de Processo Penal comentado [livro eletrônico] - 4. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021).

Trata-se, portanto, de importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, **não constituindo direito subjetivo do acusado**. Neste sentido, é o posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme se vê os seguintes julgados, de minha relatoria: HC 212.806 (DJe de 14/3/2022); RHC 198.981 (Primeira Turma, DJe de 24/3/2021); HC 195.327 (Primeira Turma, DJe de 26/2/2021); HC 206.876 (Primeira Turma, DJe de 18/11/2021); HC 191.124 AgR (Primeira Turma, DJe de 13/4/2021), este último assim ementado:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL EM RELAÇÃO AO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI 11.343/2006). INVIABILIDADE.

1. As condições descritas em lei são requisitos necessários para o oferecimento do Acordo de Não Persecução Penal

**PET 11352 RD / DF**

(ANPP), importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro. Entretanto, não obriga o Ministério Público, nem tampouco garante ao acusado verdadeiro direito subjetivo em realizá-lo. Simplesmente, permite ao Parquet a opção, devidamente fundamentada, entre denunciar ou realizar o acordo, a partir da estratégia de política criminal adotada pela Instituição.

2. O art. 28-A do Código de Processo Penal, alterado pela Lei 13.964/19, foi muito claro nesse aspecto, estabelecendo que o Ministério Público "poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições".

3. A finalidade do ANPP é evitar que se inicie o processo, não havendo lógica em se discutir a composição depois da condenação, como pretende a defesa (cf. HC 191.464-AgR/SC, Primeira Turma, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 26/11/2020).

4. Regimental a que nega provimento."

Diante de todo o exposto, não há qualquer ilegalidade no não oferecimento, pela Procuradoria-Geral da República, do acordo de não persecução penal.

**3. INEXISTÊNCIA DE INÉPCIA DA INICIAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Em crimes multitudinários, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim.

Como ensinado por NILO BATISTA,

*"De índole completamente diversa é a hipótese do chamado*

**PET 11352 RD / DF**

*crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65, inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2ªed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).*

No mesmo sentido, os ensinamentos do saudoso JULIO FABBRINI MIRABETE, que:

*“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019, página 234).*

CEZAR ROBERTO BITTENCOURT, igualmente, analisa o tema da multidão delinquente, e afirma que:

*“O fenômeno da multidão criminosa tem ocupado os espaços da imprensa nos últimos tempos e tem preocupado profundamente a sociedade como um todo. Os linchamentos em praça pública, as invasões de propriedades e estádios de futebol, os saques em armazéns têm acontecido com frequência alarmante, perturbando a ordem pública. Essa forma sui generis de concurso de pessoas pode assumir proporções consideravelmente graves, pela facilidade de manipulação de massas que, em momentos de grandes excitações, anulam ou*

**PET 11352 RD / DF**

*reduzem consideravelmente a capacidade de orientar-se segundos padrões éticos, morais e sociais. A prática coletiva de delito, nessas circunstâncias, apesar de ocorrer em situação normalmente traumática, não afasta a existência de vínculos psicológicos entre os integrantes da multidão, caracterizadores do concurso de pessoas. Nos crimes praticados por multidão delinquente é desnecessário que se descreva minuciosamente a participação de cada um dos intervenientes, sob pena de inviabilizar a aplicação da lei. A maior ou menor participação de cada um será objeto da instrução criminal.*

*Aqueles que praticarem o crime sob a influência de multidão em tumulto poderão ter suas penas atenuadas (art. 65, e, do CP). Por outro lado, terão a pena agravada os que promoverem, organizarem ou liderarem a prática criminosa ou dirigirem a atividade dos demais (art. 62, I, do CP)". (Bitencourt, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral 1/ Cezar Roberto Bitencourt – 21. Ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015, páginas 570/571).*

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

*"nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo ... desde que se permita o exercício do direito de defesa" (HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/04/1996, Publicação: 07/06/1996).*

Nesse sentido: HC 75868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 10/02/1998, DJ 06-06-2003; HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 34/04/1996, DJ 07-06-96); HC 71899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado

**PET 11352 RD / DF**

em 04/04/1995, DJ 02-06-95).

É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

**“não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta individualizada de cada participante da quadrilha”** (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Nesse momento processual, portanto, o Poder Judiciário deve analisar - sem olvidar a natureza particular do delito objeto da presente denúncia - se houve a observância dos requisitos essenciais da acusação penal realizada pelo Ministério Público, que deverá ser consubstanciada em denúncia, que, obrigatoriamente, na esteira da histórica lição do mestre JOÃO MENDES DE ALMEIDA JÚNIOR, precisará apresentar uma exposição narrativa e demonstrativa. Narrativa, porque deve revelar o fato com todas as suas circunstâncias, isto é, não só a ação transitiva, como a pessoa que a praticou (*quis*), os meios que empregou (*quibus auxiliis*), o malefício que produziu (*quid*), os motivos que o determinaram (*quomodo*), o lugar onde a praticou (*ubi*), o tempo (*quando*). E demonstrativa, porque deve descrever o corpo de delito, indicar as razões de convicção e apresentar o rol de testemunhas, como apontado em sua preciosa obra (*O processo criminal brasileiro*, v. II, Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1959, p. 183).

O Ministério Público imputou à denunciada **SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE** as condutas descritas no art. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), no art. 359-L (tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no art. 359-M (golpe de Estado), no art. 163, parágrafo único, I, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29,

**PET 11352 RD / DF**

*caput* (concurso de pessoas) e do art. 69, *caput* (concurso material), ambos do Código Penal, narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos, por meio da seguinte síntese oferecida na denúncia:

**"Imputação.**

A Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, pelo menos a partir do início do processo eleitoral de 2022 e até o dia 8.1.2023, por meio de mensagens eletrônicas e encontros em acampamentos em frente a unidades militares, associaram-se a centenas de outras pessoas, algumas armadas, praticando atos que se voltavam contra a higidez do sistema eleitoral. Especialmente a partir das eleições presidenciais o grupo se voltou ao cometimento de crimes de dano qualificado e de deterioração de patrimônio público e tombado, por não se conformar com o resultado do pleito, praticando o crime de associação criminosa armada (art. 288, parágrafo único, do Código Penal).

No mesmo contexto, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, no dia 8.1.2023, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, em unidade de desígnios com outras milhares de pessoas, tentaram, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo e restringindo o exercício dos Poderes Constitucionais. O caso se subsume ao tipo do crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal).

No mesmo dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, de maneira livre, consciente e voluntária, em unidade de desígnios com outras centenas de pessoas, tentaram depor, por meio de violência e grave ameaça, o governo legitimamente constituído. O caso se subsume ao tipo do crime de golpe de Estado (art. 359-M do Código Penal).

Por fim, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no mesmo dia 8, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, destruíram e



**PET 11352 RD / DF**

concorreram para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, ao avançar contra as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União. O caso se subsume aos tipos dos crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima (art. 163, parágrafo único, I, m e IV, do Código Penal), e de deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998).

**Contexto.**

Grupo expressivo de pessoas iniciou, pelo menos desde o começo do processo eleitoral em 2022, movimento articulado majoritariamente em redes sociais, de insurgência contra o sistema eleitoral, contra a representatividade dos membros do Congresso Nacional e contra a autoridade do Supremo Tribunal Federal. O movimento tinha por objetivo arregimentar, organizar e insuflar a população, visando à prática de atos violentos e antidemocráticos, caso o resultado das urnas não correspondesse ao desejado pelo grupo.

A proclamação do resultado das urnas, em 30.11.2022, deu força ao movimento antidemocrático, atizando a convocação, por meio de redes sociais, de um levante contra o Estado de Direito e o governo eleito. Os grupos iniciaram ações de fechamento de rodovias por todo o país e de instalação de acampamentos às portas de unidades militares, como, por exemplo, em Brasília. Os procedimentos se mostravam coordenados e articulados contra a democracia.

Atos violentos ocorreram no dia 12.12.2022, quando da diplomação do candidato eleito à Presidência da República. Na ocasião, registraram-se queima de veículos, incêndios e tentativa de invasão e destruição da sede da Polícia Federal em Brasília.

A escalada da violência atingiu o auge em 8.1.2023, quando o grupo criminoso, ao qual o denunciado aderiu, munido de artefatos de destruição, avançou sobre a Praça dos

**PET 11352 RD / DF**

Três Poderes em marcha organizada. Ao incentivo de palavras de ordem, o grupo invadiu o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, depredando o patrimônio público com o objetivo final de impor a instalação de um regime de governo alternativo, produto da deposição do governo legitimamente eleito e da abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

As ações delituosas não se esgotaram nos danos às instalações do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. A pretensão do grupo criminoso integrado pelo denunciado era a de abalar o exercício dos Poderes, mediante a prática reiterada de delitos, até que se pudesse consolidar o regime de exceção.

A estabilidade da associação criminosa é comprovada pelo surgimento e permanência de tais grupos organizados, pelo menos desde o início do processo eleitoral até o dia 8.1.2023, quando houve a tentativa de concretizar os planos antidemocráticos previamente concebidos. Além disso, o conteúdo dos materiais difundidos para arregimentar novos integrantes para tais grupos fazia referência expressa aos desígnios de "*tomada de poder*", em uma investida que "*não teria dia para acabar*".

As mensagens trocadas entre os interlocutores de grupos sociais abrangeram incitação de comportamentos violentos contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, como "*Bolsonaro deveria e [é] entra [entrar] dentro do STF com uma metralhadora e metralhar todos ministro kkk*", e anúncios de caravanas com destino a Brasília nos primeiros dias de janeiro de 2023. Além disso, mensagens compartilhadas manifestavam apoio àqueles que praticavam os atos do dia 8.1.2023, retroalimentando o caráter violento e criminoso da ação.

O grupo que invadiu o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto provocou diretamente destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União,

**PET 11352 RD / DF**

atingindo móveis e instalações funcionais dos prédios públicos em que os Poderes têm a sua sede.

A violência e a grave ameaça físicas foram praticadas contra policiais e jornalistas que lá se encontravam, logo que os integrantes do grupo criminoso chegaram na Praça dos Três Poderes e, ato contínuo, dividiram-se em grupos, que se direcionaram separadamente, porém com o mesmo objetivo, aos edifícios-sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Presidência da República.

Segundo avaliações preliminares, o prejuízo global causado pelo grupo criminoso foi de: (i) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), no Senado Federal; (ii) R\$ 2.717.868,08 (dois milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e oito centavos), na Câmara dos Deputados; (iii) mais de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), apenas com obras de arte, no Palácio do Planalto; e (iv) R\$ 11.413.654,84 (onze milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), excluídos os bens de valor inestimável, no Supremo Tribunal Federal.

**A denunciada, especificamente..**

No caso específico da Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, há provas suficientes de sua participação nos atos violentos de 8.1.2023

A denunciada permaneceu unida subjetivamente aos integrantes do grupo e participou da ação criminosa que invadiu as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e quebrou vidros, cadeiras, painéis, mesas, móveis históricos e outros bens que ali estavam, causando a totalidade dos danos descritos pelo relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE participou de atos de estrago e destruição de bens especialmente protegidos por ato administrativo, porque tombados como peças urbanísticas dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto, conforme Portaria n. 314/1992, do Iphan, assim como de suas

**PET 11352 RD / DF**

respectivas estruturas arquitetônicas, conforme Processo n. 1550-T-2007 – Iphan.

A identificação da denunciada ocorreu a partir da apreensão de aparelho celular que, posteriormente, foi identificado como pertencente a SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE. Conforme indica o Auto de Apreensão n. 5/2023, uma série de itens - dentre eles o celular de marca LG, modelo LM-K510BMW, número de série 006BSFR0173603, IMEI1 353265113172060, IMEI2 3532651131722052, com capacidade nominal de 64GB, no qual encontrava-se instalado o cartão SIM da operadora Tim apresentando ICCID 89550447000007651226 - foi localizada no interior do Palácio do Planalto e/ou no ônibus no qual foram conduzidas indivíduos presos no dia 8.1.2023 pela Polícia Militar do Distrito Federal.

A análise do conteúdo do telefone celular<sup>11</sup> identificado como de titularidade de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou sua presença e engajamento nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.

Nesse sentido, identificou-se que a denunciada integrava grupo no aplicativo Whatsapp denominado “EXÉRCITO NAS RUAS AGORA!” e que, em 3.1.2023, compartilhou mensagens com o seguinte teor: “Estamos juntos Bora para?Brasília”; “Na luta”; “Agiea terá que ser resistência mesmo, Tomar a casa e não sair”; “Todo mundo no mesmo horário e local”.

Já no grupo “Pátria Amada BRBR”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminhou, em 26.12.2022, contato de pessoa indicada como responsável pela organização de caravana para Brasília. No mesmo grupo, em 4.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE convoca os participantes para comparecer à Brasília no dia 8.1.2023: “Pessoal do grupo, gente forte e corajosa, entra em contato comigo, ônibus saindo de Maringá-Pr, no sábado de manhã, para chegar em Brasília na madrugada de domingo. Retorno na terça à noite”.

No grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou estar plenamente ciente do caráter violento do evento que ocorreria em Brasília ao enviar, em

**PET 11352 RD / DF**

3.1.2023, mensagens com o seguinte teor: “Estamos na luta por pelo menos 200 mil Patriotas em Brasília dia 8 de janeiro”; “Preparem as máscaras de gás”; “Pano úmido e água no cantil”; “Spray de pimenta, gás, colete e capacete”; e “Bala de borracha não vai faltar”. Atuando como figura na organização do movimento, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 3.1.2023, mensagem no grupo em que afirma: “Temos 4 dias”; “O ônibus tem que sair dia 7 de manhã”.

Já a conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 991344567 (“Monik”) expõe mensagens de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE que comprovam sua atuação como organizadora de caravanas direcionadas à Brasília. No caso, a denunciada afirmou, em áudio enviado em 5.1.2023, que “o ônibus nosso já encheu um e eu tenho aqui mais umas 15 pessoas precisando e tem mais um outro grupo de pessoas então na realidade tem mais ou menos umas 30 pessoas precisando de ônibus para ir. Você tem vaga ainda?”. Ao ser questionada pela interlocutora se já estaria no Quartel-general, local para reunião para discussão de alocação dos ônibus, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE responde que: “consegui vagas para o meu pessoal”.

No mesmo contexto, outra pessoa contatada via aplicativo Whatsapp por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de terminal 44 991188705 (“Rapaz Guia Viagem”), pede que a denunciada envie a relação de nomes, telefones e CPF dos passageiros, em resposta à sua informação de 5.1.2023 no sentido de que “Preciso de 12 vagas”.

Comprovando novamente sua posição de destaque na organização do grupo que saiu de Maringá com destino à Brasília, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE aparece como proprietária<sup>12</sup> de grupo no aplicativo Whatsapp, denominado “Aleluia” e criado em 4.1.2023, destinado ao envio de informações aos passageiros de ônibus com destino a Brasília em 7.1.2023.

No referido grupo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma, em resposta a mensagem encaminhada pelo terminal 44

**PET 11352 RD / DF**

999199459, que “Eu só vou postar recomendação de uso de máscara e óculos. Com certeza poderemos sofrer ataques da polícia comunista”, reforçando, novamente, o preparo e intuito violento da empreitada. Em seguida, em mensagem enviada em 5.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia “lista” de itens a serem levados na viagem, dentre eles máscara para gás e spray preparado com água e vinagre. Em momento posterior no mesmo dia, a denunciada envia mensagem explicando como confeccionar máscara de gás lacrimogênio, indicando mais uma vez o aspecto violento dos atos premeditados.

Referida premeditação é evidente em outros aspectos indicados pela IPJ n. 72/2024. No ponto, o fato de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviar diversas mensagens no grupo “Aleluia” oferecendo instruções sobre a impressão de cartazes, compra de equipamentos de EPI e a aquisição de “kits” evidencia sua atuação como organizadora ao menos dos indivíduos integrantes do grupo. Em mensagem enviada em 6.1.2023, a denunciada pede para um participante: “Liga 44 984481843. Fala com a Marina e pega o kit que a Faetthe fez para levar para Brasília<sup>14</sup>”. Conforme mensagem e foto enviadas em 6.1.2023 no grupo “Aleluia”, referido kit continha máscara, óculos, spray e chapéu, mas “faltou luva de couro para pegar a bomba de gás e jogar no galão de água”. O efetivo uso do kit pode ser visualizado na imagem enviada em 7.1.2023 por Eliane Salem ao grupo “Aleluia”.

Ainda em 7.1.2023, no grupo “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminha imagem em que se lê: “PATRIOTAS! Juntos somos mais fortes! Façam cartazes: intervenção militar; limpeza nos 3 poderes. Essa mídia podre está divulgando que queremos IMPEACHMENT do LULA para manter Alckmin NO PODER! E NÃO É ISSO! QUEREMOS FAXINA GERAL! Compartilhem!”. A mensagem demonstra, além da convocação para violência, o óbvio intento golpista do grupo, com apoio à tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito com uma intervenção militar.

O fator de premeditação para o confronto violento é

**PET 11352 RD / DF**

novamente revelado nas conversas extraídas do grupo de Whatsapp “Shirley QG”, ativo entre 8.12.2022 e 5.1.2023. Conforme pontuado pela IPJ n. 72/2024, os diálogos indicam a organização de seus membros para os eventos de 8.1.2023, com SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE anotando a possibilidade de sua prisão (“Agora poderemos?ser preso.vou passar para vocês”).

Em outra conversa via aplicativo Whatsapp, com o terminal 44 999199459 (“Mary Patriota”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio em 4.1.2023 em que afirma: “no domingo nós já vamos para a marcha, que vai virar a grande marcha, que vai justamente lá para a Esplanada, para poder já entrar no Congresso, entrar no STF, coisa assim, tá?”<sup>15</sup>. Na referida conversa, o papel de organizadora da acusada é novamente realçado por meio de troca de informações, dados pessoais e comprovantes de pagamento de cada um dos passageiros do ônibus para o qual fora criado o grupo “Aleluia”.

Na troca de mensagens via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 99948379 (“Ariadne Meller”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE igualmente desponta como organizadora de ao menos um ônibus, ao enviar, entre 4.1.2023 e 5.1.2023, diversos dados pessoais de possíveis passageiros. Já em 4.1.2023, a denunciada envia mensagem afirmando que “Ariadne, estou divulgando a viagem, pegar gente forte, com coragem, sem mimi”, o que comprova que o grupo organizado por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE tinha intenção de agir violentamente.

No mesmo sentido, em contato com o terminal 73 999758371 (“Mateus Bonfim”) na manhã do dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio afirmando: “Mateus, vamos unir vocês aí, mais os meninos aqui do ônibus que também são fortes, pra gente formar um grupo só, entende? A gente se une, é a hora que eu chegar, aí eu vou pedir pra você ir onde eu estou, pra gente se unir na hora da saída da marcha, pra gente fazer enfrentamento junto lá pela frente, entendeu?”. Do mesmo modo, em contato via Whatsapp com o terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE

**PET 11352 RD / DF**

ANDRADE reforça a necessidade de “homens machos com coragem”, e pede a João Afonso que, “se souber de alguém que queira ir dos militares, que é bom, que sabe enfrentar. Nós estamos indo”.

Em conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 81 993285665 (“Lucineide Maria Lu Pernambuco”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma, em 6.1.2023, que: “O Sul está em guerra, minha filha. Estou indo para a Brasília amanhã, para a gente ver se a gente consegue, eu, e todo o mundo, uma multidão de patriotas, entrar no Planalto e no Congresso Nacional. A luta vai ser pesada”.

Em outra mensagem enviada em 7.1.2023 via aplicativo Whatsapp para o terminal 61 999870806 (“Marilene”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma: “nós estamos indo para a guerra, porque agora você viu que está tudo cercado lá. A Praça dos Três Poderes, o Planalto, está tudo cercado lá, né? Mas a gente vai entrar do mesmo jeito (...) Porque o plano é invadir e ficar, né? Então, dessa vez, é guerra”.

A invasão almejada pela denunciada se concretizou em 8.1.2023. Ainda no grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia, em 8.1.2023, áudio cuja transcrição comprova sua ativa participação na destruição do patrimônio da União. Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a denunciada afirmou: “invadimos o STF, invadimos o congresso, invadimos o planalto, levamos bala de borracha, levamos gás, tem muita gente machucada, polícia, gente, tudo mas nós, olha aqui, gente, é um amigo meu aqui agora, tá todo machucado com tudo, todo mundo machucado mas quebramos o STF inteiro, todinho, inteiro”. Referido áudio é acompanhado por foto dos locais invadidos.

No mesmo dia, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também compartilhou vídeo cuja transcrição igualmente comprova sua presença nos atos de vandalismo presenciados na Praça dos Três Poderes em 8.1.2023, ao afirmar que: “Nesse momento nós invadimos o Palácio do Planalto e lá dentro estão quebrando tudo, quebramos por fora, quebramos por dentro,



**PET 11352 RD / DF**

nós invadimos. Agora esse Planalto também é nosso. Quero ver aquele Lula ladrão entrar quem não vai entrar. Tá acabado aqui, enfrentamos as bombas e é muita bomba ainda que tá jogando aqui. Não filme o rosto de quem tá gravando”. Já em contato com o terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 8.1.2023, áudio em que afirma: “João, conseguimos invadir o Congresso Nacional”. Em seguida, outros dois áudios encaminhados pela acusada narram a invasão do Congresso Nacional:

Não foi fácil chegar aqui em cima, muita bala, recebemos muita bala da polícia, mas hoje, nesse momento nós estamos aqui, conseguimos realmente (inaudível) entrar no Congresso Nacional. Não foi fácil enfrentar a polícia com bala, com bala de borracha, com muito gás, mas a fé foi maior e que Deus nos deu força para estar aqui. Eu falei que eu vinha que ia enfrentar, que eu ia para a frente e fui e consegui tô aqui viva. Muito feliz. Vou continuar lutando pelo meu País, pela minha família e por toda a minha geração;

Invadimos também, invadimos o Planalto, a polícia recuou, veio para cima depois, veio de novo para cima com tudo, um efetivo enorme, nós não recuamos, tomamos gás, tomamos gás de pimenta, tomamos gás de tudo quanto foi jeito aqui, viu? eu estou melhorzinha agora, mas dei uma desmaiada, mas já estou bem, tem gente, teve policial que está machucado, tem gente machucada, tem de tudo, tem de tudo, o negócio está bem, mas conseguimos, conseguimos o STF, está todo destruído, totalmente destruído.

Na hipótese, deve ser pontuado também que a denunciada também esteve em Brasília com intuítos antidemocráticos em momento anterior, como pode ser extraído de conversa tida via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 997342880 (“Sandra Derin”) em 9.12.2022. No diálogo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia vídeo já deletado em que alega estar em frente ao Superior Tribunal Militar, junto ao “Cacique

**PET 11352 RD / DF**

Sererê”, e envia texto em que afirma ser parte de movimento de resistência que almeja “derrubar o bandido, ele pode ser diplomado, mas não vai subir a rampa”.

Os áudios e mensagens enviados por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE estão documentados na IPJ n. 72/2024, que analisou o conteúdo extraído do celular apreendido.

Além das mensagens já referidas, a análise do aparelho também constatou que a denunciada fotografou o desembarque do ônibus contratado em Brasília (Figura 35) e registrou, em fotografias e em vídeo, cenas de destruição do patrimônio público (Figuras 36 e 37). Além disso, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE registrou a marcha até a Praça dos Três Poderes, afirmando no vídeo que: "Nós vamos para realmente tomar conta do planalto para conseguir entrar na Câmara dos Deputados, mas principalmente o planalto, que é o ponto crucial onde está aquele bandido<sup>17</sup>"; "hoje nós vamos resolver o nosso problema do Brasil. Ou morrer pelo Brasil<sup>18</sup>".

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE ainda fez registros em vídeo no interior do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, na tarde das invasões de 8.1.2023.

Nas gravações registradas no interior do Congresso Nacional, a denunciada afirma que "Daqui não sairemos, até que seja decretado a GLO<sup>19</sup>" e proclama que "Vou continuar lutando pelo meu país, pela minha família com todo o meu coração<sup>20</sup>". Já no Supremo Tribunal Federal, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE mostra "a casa do 'Xandão' acabada<sup>21</sup>" e debocha da situação ao declarar que "O grito qual que é? Perdeu, Mané!" e "Só sai se o exército vir. Senão nós vai preso.

Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a geolocalização da denunciada comprova sua presença em Brasília não apenas em 8.1.2023, mas também em novembro e dezembro de 2022.

Por fim, a análise das redes sociais de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também evidenciou o compartilhamento de conteúdo antidemocrático.

Na rede social Instagram, a IPJ n. 72/2024 localizou o perfil @faettheshirley23, criado em janeiro de 2023, em que

**PET 11352 RD / DF**

denunciada publicou, em 13.5.2023, vídeo intitulado “Bomba: o vídeo que a esquerda não quer divulgar”, retratando a invasão ocorrida em 8.1.2023, e, em 15.5.2023, outro vídeo de título “Um recado do General Girão para você ministro!”, referindo-se ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Na mesma data, há vídeo convocando a mobilização de cidadãos para a soltura de “Cacique Tsereré”<sup>24</sup>.

Na rede social Tiktok, a IPJ n. 72/2024 identificou a postagem de vídeo gravado pela denunciada, registrando sua presença em frente ao Quartel-general do Exército em Brasília, em data indicada como 7.12.2022. Já na rede social Kwai, a denunciada possui dois perfis, shirleyfaetthe e htsoe694. No primeiro, a IPJ n. 72/2024 identificou publicação incitando a população à “ir às ruas” em 15.11.2023, com os dizeres “Compartilham, vamos ser trilhões de patriotas nas ruas!! Agora é tudo ou nada!”.

Demonstrada, assim, a ativa participação de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.

No presente momento processual, portanto, deve ser verificado, desde logo, se a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas (Inq 2.482/MG, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 15/9/2011; Inq 1.990/RO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 21/2/2011; Inq 3.016/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, DJe de 16/2/2011; Inq 2.677/BA, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 21/10/2010; Inq 2.646/RN, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 6/5/2010).

Assim, fica evidenciado que o discurso acusatório permitiu à denunciada a total compreensão das imputações contra eles formuladas e, por conseguinte, garantirá o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Em conclusão, AFASTO A ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL, pois não há dúvidas de que a inicial acusatória expôs de**

**PET 11352 RD / DF**

**forma clara e compreensível todos os requisitos exigidos, tendo sido coerente a exposição dos fatos, permitindo aos acusados a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício dos seus direitos de defesa, como exigido por esta CORTE (Inq 3.204/SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 3/8/2015; AP 560/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 11/6/2015).**

**4. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A INSTAURAÇÃO DE AÇÃO PENAL PELOS TIPOS PENAIIS: ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL), TENTATIVA DE ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (ART. 359-L DO CÓDIGO PENAL), GOLPE DE ESTADO (ART. 359-M, DO CÓDIGO PENAL), DANO QUALIFICADO PELA VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA, CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO E COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO PARA A VÍTIMA (ART. 163, PARÁGRAFO ÚNICO, I, III e IV, DO CÓDIGO PENAL), E DETERIORAÇÃO DE PATRIMÔNIO TOMBADO (ART. 62, I, DA LEI N. 9.605/98).**

O recebimento da denúncia, além da presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal, exige a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito policial ou nas peças de informação que instruem a denúncia, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria: Pet 9456, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 21/6/2021; Pet 9844, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 18/8/2022; Pet 10409, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 11/11/2022; Inq 4215, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 18/11/2020; Inq 4146, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 5/10/2016;

**PET 11352 RD / DF**

Inq 3.719/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 30/10/2014; Inq 3156, Rel. Min. LUIZ FUX, Relator p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 24/3/2014; Inq 2588, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, DJe de 17/5/2013; e Inq 3198, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe de 21/8/2012.

Presente a justa causa para a instauração da ação penal, uma vez que não é própria desta fase processual a emissão de um juízo definitivo, com base em cognição exauriente, sobre a caracterização do injusto penal e da culpabilidade do denunciado, mas tão somente um juízo de delibação acerca da existência de um suporte probatório mínimo que evidencie a materialidade do crime e a presença de indícios razoáveis de autoria, não estando presentes as hipóteses de rejeição ou absolvição sumária.

O Ministério Público imputa a **SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE** a prática dos crimes acima mencionados, em razão dos fatos ocorridos no interregno compreendido entre o encerramento das eleições de 2022 e o dia 9 de janeiro de 2023, dia posterior aos criminosos atos antidemocráticos praticados na Praça dos Três Poderes, especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO.

Os crimes imputados à denunciada estão previstos nos arts. 288, parágrafo único, 359-L, 359-M, 163, parágrafo único, I, III e IV, todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998, assim redigidos:

**Associação Criminosa**

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

**Abolição violenta do Estado Democrático de Direito**

Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou

**PET 11352 RD / DF**

restringindo o exercício dos poderes constitucionais:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

**Golpe de Estado**

Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

**Dano**

Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dano qualificado

Parágrafo único - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

**Lei n. 9.605/1998**

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I – bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II – arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis

**PET 11352 RD / DF**

meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

A denúncia, igualmente, descreve **detalhadamente** as condutas dos denunciados que se amoldariam ao tipo previsto para as infrações penais:

**"Imputação.**

A Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, pelo menos a partir do início do processo eleitoral de 2022 e até o dia 8.1.2023, por meio de mensagens eletrônicas e encontros em acampamentos em frente a unidades militares, associaram-se a centenas de outras pessoas, algumas armadas, praticando atos que se voltavam contra a higidez do sistema eleitoral. Especialmente a partir das eleições presidenciais o grupo se voltou ao cometimento de crimes de dano qualificado e de deterioração de patrimônio público e tombado, por não se conformar com o resultado do pleito, praticando o crime de associação criminosa armada (art. 288, parágrafo único, do Código Penal).

No mesmo contexto, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de maneira livre, consciente e voluntária, no dia 8.1.2023, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, em unidade de desígnios com outras milhares de pessoas, tentaram, com emprego de violência e grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo e restringindo o exercício dos Poderes Constitucionais. O caso se subsume ao tipo do crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal).

No mesmo dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no período da tarde, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, de maneira livre, consciente e voluntária, em unidade de desígnios com outras centenas de pessoas, tentaram depor, por meio de violência e grave ameaça, o governo legitimamente constituído. O caso se subsume ao tipo do crime de golpe de Estado (art. 359-M do Código Penal).

Por fim, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, no mesmo dia 8, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, destruíram e

**PET 11352 RD / DF**

concorreram para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, ao avançar contra as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para a União. O caso se subsume aos tipos dos crimes de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima (art. 163, parágrafo único, I, m e IV, do Código Penal), e de deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998).

[...]"

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos, especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, §4º), com a consequente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.



**PET 11352 RD / DF**

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, *quanto aquelas que pretendam destruí-lo*, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; conseqüentemente, a conduta por parte dos denunciados revela-se gravíssima e, ao menos nesta análise preliminar, corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso Código Penal.

Os denunciados, conforme narrado na denúncia, não só participaram das manifestações antidemocráticas como também divulgaram imagens de nítido caráter convocatório para os atentados realizados no dia 08/01/23 contra as sedes dos Três Poderes.

Nas palavras do Ministério Público da União:

"[...] No caso específico da Sra. SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, há provas suficientes de sua participação nos atos violentos de 8.1.2023

A denunciada permaneceu unida subjetivamente aos integrantes do grupo e participou da ação criminosa que invadiu as sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e quebrou vidros, cadeiras, painéis, mesas, móveis históricos e outros bens que ali estavam, causando a totalidade dos danos descritos pelo relatório preliminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE participou de atos de estrago e destruição de bens especialmente protegidos por ato administrativo, porque tombados como peças urbanísticas dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto,

**PET 11352 RD / DF**

conforme Portaria n. 314/1992, do Iphan, assim como de suas respectivas estruturas arquitetônicas, conforme Processo n. 1550-T-2007 – Iphan.

A identificação da denunciada ocorreu a partir da apreensão de aparelho celular que, posteriormente, foi identificado como pertencente a SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE. Conforme indica o Auto de Apreensão n. 5/2023, uma série de itens - dentre eles o celular de marca LG, modelo LM-K510BMW, número de série 006BSFR0173603, IMEI1 353265113172060, IMEI2 3532651131722052, com capacidade nominal de 64GB, no qual encontrava-se instalado o cartão SIM da operadora Tim apresentando ICCID 89550447000007651226 - foi localizada no interior do Palácio do Planalto e/ou no ônibus no qual foram conduzidas indivíduos presos no dia 8.1.2023 pela Polícia Militar do Distrito Federal.

A análise do conteúdo do telefone celular<sup>11</sup> identificado como de titularidade de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou sua presença e engajamento nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.

Nesse sentido, identificou-se que a denunciada integrava grupo no aplicativo Whatsapp denominado “EXÉRCITO NAS RUAS AGORA!” e que, em 3.1.2023, compartilhou mensagens com o seguinte teor: “Estamos juntos Bora para?Brasília”; “Na luta”; “Agiea terá que ser resistência mesmo, Tomar a casa e não sair”; “Todo mundo no mesmo horário e local”.

Já no grupo “Pátria Amada BRBR”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminhou, em 26.12.2022, contato de pessoa indicada como responsável pela organização de caravana para Brasília. No mesmo grupo, em 4.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE convoca os participantes para comparecer à Brasília no dia 8.1.2023: “Pessoal do grupo, gente forte e corajosa, entra em contato comigo, ônibus saindo de Maringá-Pr, no sábado de manhã, para chegar em Brasília na madrugada de domingo. Retorno na terça à noite”.

No grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE demonstrou estar plenamente ciente do caráter

**PET 11352 RD / DF**

violento do evento que ocorreria em Brasília ao enviar, em 3.1.2023, mensagens com o seguinte teor: “Estamos na luta por pelo menos 200 mil Patriotas em Brasília dia 8 de janeiro”; “Preparem as máscaras de gás”; “Pano úmido e água no cantil”; “Spray de pimenta, gás, colete e capacete”; e “Bala de borracha não vai faltar”. Atuando como figura na organização do movimento, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 3.1.2023, mensagem no grupo em que afirma: “Temos 4 dias”; “O ônibus tem que sair dia 7 de manhã”.

Já a conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 991344567 (“Monik”) expõe mensagens de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE que comprovam sua atuação como organizadora de caravanas direcionadas à Brasília. No caso, a denunciada afirmou, em áudio enviado em 5.1.2023, que “o ônibus nosso já encheu um e eu tenho aqui mais umas 15 pessoas precisando e tem mais um outro grupo de pessoas então na realidade tem mais ou menos umas 30 pessoas precisando de ônibus para ir. Você tem vaga ainda?”. Ao ser questionada pela interlocutora se já estaria no Quartel-general, local para reunião para discussão de alocação dos ônibus, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE responde que: “consegui vagas para o meu pessoal”.

No mesmo contexto, outra pessoa contatada via aplicativo Whatsapp por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE, de terminal 44 991188705 (“Rapaz Guia Viagem”), pede que a denunciada envie a relação de nomes, telefones e CPF dos passageiros, em resposta à sua informação de 5.1.2023 no sentido de que “Preciso de 12 vagas”.

Comprovando novamente sua posição de destaque na organização do grupo que saiu de Maringá com destino à Brasília, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE aparece como proprietária<sup>12</sup> de grupo no aplicativo Whatsapp, denominado “Aleluia” e criado em 4.1.2023, destinado ao envio de informações aos passageiros de ônibus com destino a Brasília em 7.1.2023.

No referido grupo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE

**PET 11352 RD / DF**

afirma, em resposta a mensagem encaminhada pelo terminal 44 999199459, que “Eu só vou postar recomendação de uso de máscara e óculos. Com certeza poderemos sofrer ataques da polícia comunista”, reforçando, novamente, o preparo e intuito violento da empreitada. Em seguida, em mensagem enviada em 5.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia “lista” de itens a serem levados na viagem, dentre eles máscara para gás e spray preparado com água e vinagre. Em momento posterior no mesmo dia, a denunciada envia mensagem explicando como confeccionar máscara de gás lacrimogênio, indicando mais uma vez o aspecto violento dos atos premeditados.

Referida premeditação é evidente em outros aspectos indicados pela IPJ n. 72/2024. No ponto, o fato de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviar diversas mensagens no grupo “Aleluia” oferecendo instruções sobre a impressão de cartazes, compra de equipamentos de EPI e a aquisição de “kits” evidencia sua atuação como organizadora ao menos dos indivíduos integrantes do grupo. Em mensagem enviada em 6.1.2023, a denunciada pede para um participante: “Liga 44 984481843. Fala com a Marina e pega o kit que a Faethe fez para levar para Brasília<sup>14</sup>”. Conforme mensagem e foto enviadas em 6.1.2023 no grupo “Aleluia”, referido kit continha máscara, óculos, spray e chapéu, mas “faltou luva de couro para pegar a bomba de gás e jogar no galão de água”. O efetivo uso do kit pode ser visualizado na imagem enviada em 7.1.2023 por Eliane Salem ao grupo “Aleluia”.

Ainda em 7.1.2023, no grupo “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE encaminha imagem em que se lê: “PATRIOTAS! Juntos somos mais fortes! Façam cartazes: intervenção militar; limpeza nos 3 poderes. Essa mídia podre está divulgando que queremos IMPEACHMENT do LULA para manter Alckmin NO PODER! E NÃO É ISSO! QUEREMOS FAXINA GERAL! Compartilhem!”. A mensagem demonstra, além da convocação para violência, o óbvio intento golpista do grupo, com apoio à tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito com uma intervenção militar.

**PET 11352 RD / DF**

O fator de premeditação para o confronto violento é novamente revelado nas conversas extraídas do grupo de Whatsapp “Shirley QG”, ativo entre 8.12.2022 e 5.1.2023. Conforme pontuado pela IPJ n. 72/2024, os diálogos indicam a organização de seus membros para os eventos de 8.1.2023, com SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE anotando a possibilidade de sua prisão (“Agora poderemos?ser preso.vou passar para vocês”).

Em outra conversa via aplicativo Whatsapp, com o terminal 44 999199459 (“Mary Patriota”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio em 4.1.2023 em que afirma: “no domingo nós já vamos para a marcha, que vai virar a grande marcha, que vai justamente lá para a Esplanada, para poder já entrar no Congresso, entrar no STF, coisa assim, tá?”<sup>15</sup>. Na referida conversa, o papel de organizadora da acusada é novamente realçado por meio de troca de informações, dados pessoais e comprovantes de pagamento de cada um dos passageiros do ônibus para o qual fora criado o grupo “Aleluia”.

Na troca de mensagens via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 99948379 (“Ariadne Meller”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE igualmente desponta como organizadora de ao menos um ônibus, ao enviar, entre 4.1.2023 e 5.1.2023, diversos dados pessoais de possíveis passageiros. Já em 4.1.2023, a denunciada envia mensagem afirmando que “Ariadne, estou divulgando a viagem, pegar gente forte, com coragem, sem mimi”, o que comprova que o grupo organizado por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE tinha intenção de agir violentamente.

No mesmo sentido, em contato com o terminal 73 999758371 (“Mateus Bonfim”) na manhã do dia 8.1.2023, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia áudio afirmando: “Mateus, vamos unir vocês aí, mais os meninos aqui do ônibus que também são fortes, pra gente formar um grupo só, entende? A gente se une, é a hora que eu chegar, aí eu vou pedir pra você ir onde eu estou, pra gente se unir na hora da saída da marcha, pra gente fazer enfrentamento junto lá pela frente, entendeu?”. Do mesmo modo, em contato via Whatsapp com o

**PET 11352 RD / DF**

terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE reforça a necessidade de “homens machos com coragem”, e pede a João Afonso que, “se souber de alguém que queira ir dos militares, que é bom, que sabe enfrentar. Nós estamos indo”.

Em conversa via aplicativo Whatsapp com o terminal 81 993285665 (“Lucineide Maria Lu Pernambuco”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma, em 6.1.2023, que: “O Sul está em guerra, minha filha. Estou indo para a Brasília amanhã, para a gente ver se a gente consegue, eu, e todo o mundo, uma multidão de patriotas, entrar no Planalto e no Congresso Nacional. A luta vai ser pesada”.

Em outra mensagem enviada em 7.1.2023 via aplicativo Whatsapp para o terminal 61 999870806 (“Marilene”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE afirma: “nós estamos indo para a guerra, porque agora você viu que está tudo cercado lá. A Praça dos Três Poderes, o Planalto, está tudo cercado lá, né? Mas a gente vai entrar do mesmo jeito (...) Porque o plano é invadir e ficar, né? Então, dessa vez, é guerra”.

A invasão almejada pela denunciada se concretizou em 8.1.2023. Ainda no grupo intitulado “Ressurreição”, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia, em 8.1.2023, áudio cuja transcrição comprova sua ativa participação na destruição do patrimônio da União. Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a denunciada afirmou: “invadimos o STF, invadimos o congresso, invadimos o planalto, levamos bala de borracha, levamos gás, tem muita gente machucada, polícia, gente, tudo mas nós, olha aqui, gente, é um amigo meu aqui agora, tá todo machucado com tudo, todo mundo machucado mas quebramos o STF inteiro, todinho, inteiro”. Referido áudio é acompanhado por foto dos locais invadidos.

No mesmo dia, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também compartilhou vídeo cuja transcrição igualmente comprova sua presença nos atos de vandalismo presenciados na Praça dos Três Poderes em 8.1.2023, ao afirmar que: “Nesse momento nós invadimos o Palácio do Planalto e lá dentro estão

**PET 11352 RD / DF**

quebrando tudo, quebramos por fora, quebramos por dentro, nós invadimos. Agora esse Planalto também é nosso. Quero ver aquele Lula ladrão entrar quem não vai entrar. Tá acabado aqui, enfrentamos as bombas e é muita bomba ainda que tá jogando aqui. Não filme o rosto de quem tá gravando”. Já em contato com o terminal 44 991828978 (“João Afonso”), SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE enviou, em 8.1.2023, áudio em que afirma: “João, conseguimos invadir o Congresso Nacional”. Em seguida, outros dois áudios encaminhados pela acusada narram a invasão do Congresso Nacional:

Não foi fácil chegar aqui em cima, muita bala, recebemos muita bala da polícia, mas hoje, nesse momento nós estamos aqui, conseguimos realmente (inaudível) entrar no Congresso Nacional. Não foi fácil enfrentar a polícia com bala, com bala de borracha, com muito gás, mas a fé foi maior e que Deus nos deu força para estar aqui. Eu falei que eu vinha que ia enfrentar, que eu ia para a frente e fui e consegui tô aqui viva. Muito feliz. Vou continuar lutando pelo meu País, pela minha família e por toda a minha geração;

Invadimos também, invadimos o Planalto, a polícia recuou, veio para cima depois, veio de novo para cima com tudo, um efetivo enorme, nós não recuamos, tomamos gás, tomamos gás de pimenta, tomamos gás de tudo quanto foi jeito aqui, viu? eu estou melhorzinha agora, mas dei uma desmaiada, mas já estou bem, tem gente, teve policial que está machucado, tem gente machucada, tem de tudo, tem de tudo, o negócio está bem, mas conseguimos, conseguimos o STF, está todo destruído, totalmente destruído.

Na hipótese, deve ser pontuado também que a denunciada também esteve em Brasília com intuítos antidemocráticos em momento anterior, como pode ser extraído de conversa tida via aplicativo Whatsapp com o terminal 44 997342880 (“Sandra Derin”) em 9.12.2022. No diálogo, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE envia vídeo já deletado em que alega

**PET 11352 RD / DF**

estar em frente ao Superior Tribunal Militar, junto ao “Cacique Sererê”, e envia texto em que afirma ser parte de movimento de resistência que almeja “derrubar o bandido, ele pode ser diplomado, mas não vai subir a rampa”.

Os áudios e mensagens enviados por SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE estão documentados na IPJ n. 72/2024, que analisou o conteúdo extraído do celular apreendido.

Além das mensagens já referidas, a análise do aparelho também constatou que a denunciada fotografou o desembarque do ônibus contratado em Brasília (Figura 35) e registrou, em fotografias e em vídeo, cenas de destruição do patrimônio público (Figuras 36 e 37). Além disso, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE registrou a marcha até a Praça dos Três Poderes, afirmando no vídeo que: “Nós vamos para realmente tomar conta do planalto para conseguir entrar na Câmara dos Deputados, mas principalmente o planalto, que é o ponto crucial onde está aquele bandido<sup>17</sup>”; “hoje nós vamos resolver o nosso problema do Brasil. Ou morrer pelo Brasil<sup>18</sup>”.

SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE ainda fez registros em vídeo no interior do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, na tarde das invasões de 8.1.2023.

Nas gravações registradas no interior do Congresso Nacional, a denunciada afirma que “Daqui não sairemos, até que seja decretado a GLO<sup>19</sup>” e proclama que “Vou continuar lutando pelo meu país, pela minha família com todo o meu coração<sup>20</sup>”. Já no Supremo Tribunal Federal, SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE mostra “a casa do ‘Xandão’ acabada<sup>21</sup>” e debocha da situação ao declarar que “O grito qual que é? Perdeu, Mané!” e “Só sai se o exército vir. Senão nós vai preso.

Conforme indicado na IPJ n. 72/2024, a geolocalização da denunciada comprova sua presença em Brasília não apenas em 8.1.2023, mas também em novembro e dezembro de 2022.

Por fim, a análise das redes sociais de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE também evidenciou o compartilhamento de conteúdo antidemocrático.

Na rede social Instagram, a IPJ n. 72/2024 localizou o perfil



**PET 11352 RD / DF**

@faettheshirley23, criado em janeiro de 2023, em que denunciada publicou, em 13.5.2023, vídeo intitulado “Bomba: o vídeo que a esquerda não quer divulgar”, retratando a invasão ocorrida em 8.1.2023, e, em 15.5.2023, outro vídeo de título “Um recado do General Girão para você ministro!”, referindo-se ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Na mesma data, há vídeo convocando a mobilização de cidadãos para a soltura de “Cacique Tsereré”<sup>24</sup>.

Na rede social Tiktok, a IPJ n. 72/2024 identificou a postagem de vídeo gravado pela denunciada, registrando sua presença em frente ao Quartel-general do Exército em Brasília, em data indicada como 7.12.2022. Já na rede social Kwai, a denunciada possui dois perfis, shirleyfaethe e htsoe694. No primeiro, a IPJ n. 72/2024 identificou publicação incitando a população à “ir às ruas” em 15.11.2023, com os dizeres “Compartilham, vamos ser trilhões de patriotas nas ruas!! Agora é tudo ou nada!”.

Demonstrada, assim, a ativa participação de SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE nos atos antidemocráticos de 8.1.2023.  
[...]

**PRESENTE A JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL, a denúncia, portanto, deve ser recebida contra SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE pela prática dos crimes previstos no art. 288, parágrafo único, no art. 359-L, no art. 359-M, no art. 163, parágrafo único, I, III e IV, todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998, c/c art. 29, caput e art. 69, caput, todos do Código Penal, em razão dos fatos ocorridos entre o fim das eleições de 2022 e o dia 9/1/2023.**

**5. CONCLUSÃO**

**Diante do exposto, presentes os requisitos exigidos pelos artigos 41 e 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA oferecida contra SHIRLEY FAETHE DE ANDRADE em relação aos crimes previstos no art. 288, parágrafo único, no art. 359-L, no art. 359-**

**PET 11352 RD / DF**

**M, no art. 163, parágrafo único, I, III e IV, todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998, c/c art. 29, *caput* e art. 69, *caput*, todos do Código Penal.**

É o VOTO.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECEBIMENTO DE DENÚNCIA NA PETIÇÃO 11.352**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**

REQTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO.(A/S) : SHIRLEY FAETTHE DE ANDRADE

ADV.(A/S) : BRIAN MASAHARU ANDRADE KARIGYO (94020/PR)

AUT. POL. : POLÍCIA FEDERAL

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, recebeu a denúncia oferecida contra Shirley Faetthe de Andrade em relação aos crimes previstos no art. 288, parágrafo único, no art. 359-L, no art. 359-M, no art. 163, parágrafo único, I, III e IV, todos do Código Penal, e no art. 62, I, da Lei n. 9.605/1998, c/c art. 29, caput e art. 69, caput, todos do Código Penal, pois presentes os requisitos exigidos pelos artigos 41 e 395, ambos do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 28.6.2024 a 6.8.2024.

Composição: Ministros Alexandre de Moraes (Presidente), Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

O Ministro André Mendonça disponibilizou para julgamento o RE 595.354 AgR-AgR-ED, não tendo participado do julgamento, desse feito, a Ministra Cármen Lúcia, sucessora do Ministro Marco Aurélio na Turma.

Luiz Gustavo Silva Almeida  
Secretário da Primeira Turma